

# Medidas tributárias e fiscais relacionadas ao Coronavírus

Atualizado em 20.03.2020

Medida	Em vigor? Quais os detalhes?	Regulamentação
Prorrogação do pagamento do recolhimento de impostos <b>federais</b> de empresas do Simples Nacional (a parcela referente a ICMS e ISS <b>não</b> está incluída)	<b>Já em vigor.</b> Apuração de Mar/2020, com vencimento prorrogado para 20/10/2020; Apuração de Abr/2020, com vencimento prorrogado para 20/11/2020; Apuração de Mai/2020, com vencimento prorrogado para 21/12/2020	Resolução CGSN nº 153/2020
Zerado o Imposto de Importação de 50 produtos médicos e hospitalares necessários ao combate à pandemia e facilitação da sua importação	<b>Já em vigor.</b> Prazo de vigência até 30/09/2020; Estão abrangidos produtos como álcool ;70%, luvas plásticas, máscaras, respiradores e outros. O despacho aduaneiro de importação de mercadorias destinadas ao combate do vírus foi simplificado. Poderá ser concedida licença Especial de Exportação de produtos para o combate à pandemia.	Resolução CAMEX nº 17/2020 Instrução Normativa RFB nº 1.927/2020; e Portaria SISCOMEX nº 16/2020
Suspensão, prorrogação e diferimento de atos de cobrança da Dívida Ativa da União, além do estabelecimento de condições para transação extraordinária na cobrança da Dívida Ativa da União	<b>Já em vigor.</b> Os principais pontos são: pagamento de entrada correspondente a 1% do valor total dos débitos, divididos em até 3 parcelas iguais e sucessivas; parcelamento do restante em até 81 meses; e diferimento do pagamento da primeira parcela do parcelamento para o último dia útil do mês de junho	Portaria PGFN nº 7.820/2020
Suspensão de prazos em processos administrativo-fiscais <b>federais</b> , de envio de protestos de CDA's federais em cartórios e de abertura de novos procedimentos de exclusão de contribuintes de parcelamentos <b>federais</b> por inadimplência	<b>Já em vigor.</b> As suspensões vigorarão por 90 (noventa) dias	Portaria PGFN nº 7.820/2021
Redução pela metade das contribuições ao sistema "S" durante os próximos três meses	<b>Ainda não em vigor</b> , portanto ainda sem detalhes	Depende da edição de lei ou ato de caráter legal
Adiamento do pagamento do FGTS por três meses	<b>Ainda não em vigor</b> , portanto ainda sem detalhes	Depende da edição de lei ou ato de caráter legal
Desoneração temporária de IPI para produtos importados necessários ao combate do vírus	<b>Ainda não em vigor</b> , portanto ainda sem detalhes	Depende da edição de Decreto presidencial